

Até o racismo acabar

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor Emérito da Universidade de Brasília (UnB) e membro da Comissão Internacional da Unesco para o Futuro da Educação

Dos nossos 500 anos, 350 foram sob sistema escravocrata. As consequências foram trágicas para a saúde econômica, social, política e cultural do Brasil. Somos um país formado, forjado e viciado no sistema escravocrata, dividindo a sociedade entre pessoas incluídas e excluídas, estas até hoje identificadas com a raça negra. Mesmo a decisão de abolir o sistema escravocrata não eliminou o preconceito contra nossos compatriotas negros. Quando se observa o tratamento dado aos trabalhadores pobres e o racismo que se mantém 133 anos depois da abolição, o Brasil é um país de escravismo ainda não superado totalmente. Os séculos consolidaram o preconceito e formaram o racismo.

A principal causa vem da desigualdade, como a educação de base é oferecida no Brasil conforme a renda da família, e ao fato de que muitas das famílias de baixa renda são negras. A escola das classes média e alta é diferente da escola dos pobres, e, em consequência, a escola dos brancos é diferente da escola dos negros. O sistema escolar brasileiro segrega brancos e negros, por força da desigualdade na renda, salvo raros destes que ascenderam economicamente e não são mais recusados nas escolas da elite. Apesar das leis que tentam quebrá-lo, o preconceito cresce porque as raças não se misturam em escolas de qualidade.

Agravando o racismo, as escolas com qualidade beneficiam os brancos no momento do ingresso no ensino superior e, por isso, a elite intelectual é branca, fortalecendo o preconceito e o racismo. É como se os brancos, por terem renda, tivessem cotas, reservando para eles quase todas as vagas no ensino superior de qualidade: ao pintar de branco a cara da elite, a universidade se transforma em fábrica de preconceito e de racismo.

O caminho correto para superar o preconceito e o racismo é a implantação de um Sistema Nacional Público Único de Educação de Base que ofereça a mesma escola para ricos e pobres e, portanto, para negros e brancos, desde a primeira idade. Quando isso ocorrer, o preconceito e o racismo desaparecerão pela convivência entre brancos e negros na mesma escola básica, e também porque o ingresso na universidade passará a ser disputado nas mesmas condições, não mais conforme a renda, e em consequência conforme a cor. Quando as escolas tiverem a mesma qualidade, a cor da cara da elite terá a variedade das cores da cara do povo brasileiro.

A elite econômica sabe do risco que isso provocará aos seus interesses e, ainda que esteja contra o racismo, continua a favor do rendismo aplicado às escolas. Embora contrário ao racismo, desejam manter o rendismo como forma de segregação escolar. Até mesmo os raros negros que ascenderam socialmente parecem desmotivados para a implantação de um Sistema Único de Educação que atenda pobres e ricos com a mesma qualidade.

Enquanto o Brasil não tiver um sistema educacional que não discrimine crianças conforme a renda, será preciso reservar vagas nas universidades para negros, de maneira a impedir a atual reserva de quase todas elas para os brancos, como tem



ocorrido ao longo da história. Para isso, precisamos redondear as escolas, dando-lhes a mesma qualidade. As cotas para negros ingressarem na universidade não vão abolir o racismo, mas vão diminuir o preconceito, à medida que a sociedade começa a se acostumar com profissionais negros de nível superior. O preconceito diminuirá se nossos melhores médicos e cientistas forem negros, nosso primeiro Prêmio Nobel for negro, como é Pelé, graças ao fato de a bola ser redonda para todos, brancos, negros, ricos e pobres. Cotas para negros são necessidade nacional, não benefício individual para o jovem negro que concluiu médio e graças a isso se classificou no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou no vestibular pelo sistema de cotas.

Enquanto a sociedade não aceita implantar

um Sistema Nacional Público Único de Educação de Base, devemos agradecer ao jovem que teve o talento de chegar na universidade usando a cota. Quem se beneficia é o país, ao dar um toque de preto na cara da elite e quebrar um pouco o preconceito racial, entranhado no Brasil. Se fosse para beneficiar o indivíduo negro que usa a cota, o indivíduo branco que se sente preterido teria o direito de reclamar ser preterido, mas quando um jovem branco entra na universidade, ele não reduz o preconceito racial, o jovem negro se formando ajuda a reduzir.

Por isso, a cota para negros ingressarem no ensino superior tem que permanecer até quando o preconceito desaparecer, depois da implantação do Sistema Nacional Público Único de Educação de Base.

Best before: opção contra o desperdício de alimentos

» JOÃO DORNELLAS
Presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente publicou, em março deste ano, números alarmantes. De acordo com o Índice de Desperdício de Alimentos 2021, somente em 2019 cerca de 930 milhões de toneladas foram descartadas em todo o mundo: 61% nos lares, 26% no segmento da alimentação fora do lar (bares e restaurantes) e 13% no varejo.

O relatório aponta que a maioria dos países latino-americanos não possui informações consistentes sobre o desperdício de comida, mas os pesquisadores conseguiram reunir dados que apontam que o Brasil desperdiça 60 quilos de alimentos por pessoa ao ano.

É assustador pensar em toda essa comida no lixo enquanto milhões passam fome. Sabemos que não há soluções simples para problemas complexos e, nesse caso, são necessárias ações coordenadas em todos os elos da cadeia: produção, distribuição e abastecimento de alimentos. Medidas urgentes precisam ser tomadas, do campo à mesa, e demandam diagnóstico, investimento em infraestrutura e logística, campanhas educativas e outras soluções.

Somente no varejo, 42,5% das perdas de alimentos não perecíveis têm como causa a data de validade vencida, de acordo com pesquisa da Abras (Associação Brasileira de Supermercados). No Brasil, a regra é clara: se passou da data limite, o alimento não pode mais ser comercializado nem consumido, o que pode fazer com que muita comida, ainda em condições adequadas e seguras para o consumo, vá para o lixo.

A União Europeia e países como Reino Unido, Estados Unidos e Canadá têm regras para a aplicação do conceito de Best Before em suas cadeias, com o objetivo específico de redução de perdas. É um conceito regulatório que indica um período mínimo em que um produto mantém seu sabor e seu valor nutricional, se armazenado de forma adequada e com a embalagem fechada. No entanto, se essa data expirar, não significa que o produto não esteja mais adequado e seguro, mas que deve passar obrigatoriamente por uma análise sensorial antes de ser ingerido — cheirar, provar, observar alterações — avaliações possíveis de serem feitas pelos consumidores.

O tema vem ao encontro do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12.3 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem por proposta reduzir pela metade o desperdício de comida até 2030. A adoção do Best Before deve ser obrigatoriamente vinculada a rígidos programas de qualidade, tais como análise de pontos críticos de controle e boas práticas de fabricação, principalmente em relação a aspectos microbiológicos.

Importante salientar que esse conceito não se aplica a todas as categorias de alimentos, como as altamente perecíveis: carnes in natura, leite pasteurizado, iogurtes, queijos frescos, por exemplo. São alimentos mais suscetíveis a apresentar, após curto período, um perigo imediato para a saúde humana.

Já os produtos “shelf stable”, ou seja, aqueles estáveis em temperatura ambiente, como macarrão, conservas, grãos, sucos de frutas, leite UHT, ou os que possuem atividade de água baixa, ou os que passam por processo de esterilização, ou os embalados a vácuo, poderiam se valer do Best Before.

O Codex Alimentarius — coletânea de padrões reconhecidos internacionalmente com recomendações sobre produção e segurança alimentar — e a União Europeia já iniciaram tratativas para alteração dessas regras. Discute-se até mesmo a eliminação do prazo de validade para muitos itens, como café, arroz, massa seca, geleias, pickles, entre outros. Tudo para ajudar a reduzir o desperdício de alimentos próprios para o consumo.

Resalte-se que o combate ao desperdício e à perda de alimentos já é uma das bandeiras da indústria há muito tempo. Além do Best Before, atuamos no treinamento das pessoas envolvidas no processo de produção, transporte, armazenamento e comercialização. São focos de atenção o planejamento da produção, cuidados no transporte, controle de qualidade, refrigeração adequada e utilização de embalagens apropriadas.

O que a inflação tem a ver com a política?

» MARSON CUNHA

Diretor da Midtown Capital Partners e membro do conselho da Brazilian-American Chamber of Commerce of Florida (BACCF)

Os últimos 24 meses, especialmente a partir de fevereiro de 2020, foram desafiadores sob diversos aspectos. Houve rupturas nas relações de confiança entre países, autoridades nacionais e multilaterais de saúde pública foram obrigadas a encontrar (e rápido) soluções para o enfrentamento de uma emergência sanitária sem precedentes e as cadeias globais de fornecimento sofreram abalos com a repentina paralisação das economias e a subsequente retomada — o que provocou estresse de oferta e aumento de preços. Isso sem falar nos efeitos colaterais coletivos e individuais de uma pandemia, que devem deixar marcas profundas e duradouras nas sociedades.

Do ponto de vista da economia, a pauta hoje está concentrada na inflação. Mas, antes de analisar esse tema, vale observar alguns pontos menos óbvios das altas de preços. O primeiro envolve aspectos comportamentais — e, como tais, menos quantitativos — dos indivíduos que compõem governos, órgãos oficiais de saúde e empresas, pessoas que foram obrigadas a tomar decisões difíceis nos últimos dois anos. Mesmo diante de circunstâncias inéditas, informações limitadas e com baixo grau de confiabilidade, pressões familiares, problemas de saúde e medo, tiveram que tomar decisões que afetaram todos em algum grau. Nessas condições, acumularam erros e acertos que encaminharam o mundo para a atual condição de atividade econômica “normalizada”. Essa classificação é pertinente à medida que ainda se está descobrindo um novo ponto de equilíbrio nas curvas de oferta e demanda e nas políticas econômicas e fiscais.

Vale lembrar o que diz Uma Teoria Econômica da Democracia, tratado publicado em 1957 pelo

economista americano Anthony Downs. A abertura do livro tem a seguinte observação: “Mundo afóra, governos dominam o ambiente econômico. Seus gastos determinam se a empregabilidade plena prevalece; seus impostos influenciam inúmeras decisões; suas políticas controlam o comércio internacional; e suas leis estendem a quase todo ato econômico”. É comum que se trate a economia desconsiderando o fato de que ela é, em grande parte, um produto de políticas internas e externas, um resultado de relações entre países e das leis de cada nação.

Então, como se pode analisar a inflação? Embora por vezes alguns enxerguem a questão mais como uma espécie de visita indesejada, na realidade ela é uma progressão natural dos preços de bens e serviços. É um fenômeno decorrente da dinâmica natural dos preços. Tome-se como exemplo uma economia estagnada, que não cresce: como não está gerando riquezas, as pessoas não recebem mais por seu trabalho, não poupam — e, com isso, os preços não sobem. Não há, portanto, inflação.

Na prática, o que se vê agora em termos de alta de preços é decorrência de uma interrupção brusca na atividade econômica, e que foi sucedida por uma súbita retomada. Era inevitável um choque de preços. Afinal, não haveria maneira saudável de qualquer governo ou empresa suportar esse vaivém sem repasses à cadeia produtiva.

Assim, a demanda prévia (ou similar) se recupera, mas num momento em que não há oferta na mesma proporção, dado que fábricas tiveram as operações interrompidas por um longo período — adicionalmente, a demanda aquecida encontrou os setores de comércio e serviços mais enxutos, já que as

empresas precisaram se adaptar às condições iniciais da pandemia para preservar o caixa. Também é preciso levar em conta que, mesmo inserindo na equação os robustos programas governamentais de proteção de empresas, emprego e renda, a volta da demanda praticamente aos níveis pré-pandemia não constava dos prognósticos.

Fica claro que, pela disrupção representada pela pandemia, se configurou um descasamento entre oferta e demanda, o que explica a atual alta da inflação global. Não houve mudança nas curvas de oferta e demanda levando a um novo ponto de equilíbrio, mas um desequilíbrio temporário de preços. Pode-se dizer, nesse sentido, que a inflação deste momento tem caráter circunstancial e não estrutural.

Entendida a engrenagem teórica da inflação, cabe a pergunta: quanto perdura a alta de preços? A discussão poderia envolver teses econômicas, análise de políticas fiscais e até a aderência (por vezes transitória) da curva de Philips (uma equação econômica que trata da relação entre inflação e desemprego). Entretanto, seriam postulações meramente acadêmicas, pouco úteis na previsão semiesotérica (a antecipação de movimentos econômicos). Considerando que, como destacado no início deste artigo, existe uma forte relação entre forças políticas e econômicas, arrisco um palpite: se os países se empenharem na tarefa de fazer a cadeia global de suprimentos retornar à normalidade de maneira acelerada — de que forma seria uma excelente pergunta e tema para mais debates, considerando as diversas agendas e restrições físicas de produção e transporte, por exemplo — ao final de 2022, seria possível ver os preços regredindo.